
A INFLUÊNCIA RELIGIOSA E AS CONSEQUENTES ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO/RS (1924-1930): UM ESTUDO DE CASO

THE RELIGIOUS INFLUENCE AND THE CONSEQUENTIAL STRATEGIES POLITICS IN THE PROCESS OF EMANCIPATION AND INSTALLATION OF THE CITY OF NEW HAMBURGO / RS (1924-1930): A CASE STUDY

Rodrigo Luis dos Santos
Mestrando em História – Bolsista FAPERGS/CAPES
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
rluis.historia@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste trabalho é exemplificar como a questão religiosa, sobretudo envolvendo as confissões católica e evangélico-luterana, esteve notadamente inserida dentro de articulações políticas e na adoção de determinadas estratégias durante, pelo menos, metade do século XX, especialmente nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul. Essa relação adjacente entre política e religião não se restringe ao âmbito local, mas é perpassada e interage com a dinâmica política mais ampla. Para melhor exemplificarmos a dinamização desse processo, escolhemos como laboratório para esse estudo o distrito de Novo Hamburgo, pertencente, até 1927, ao município de São Leopoldo, na região do Vale do Rio dos Sinos. Temporalmente, o período compreendido entre 1924 e 1927, quando da campanha emancipacionista e, entre 1927 e 1930, quando da emancipação e instalação dos primeiros governos municipais, marca uma intensa relação entre lideranças católicas e evangélico-luteranas e o estabelecimento de estratégias políticas que demonstram um ambiente heterogêneo. Uma união de forças visando, conjuntamente, garantir a independência política e econômica de Novo Hamburgo, não significa que nos bastidores não ocorressem disparidades, jogos de poder e de influência, assim como tentativas de garantir uma espécie de domínio político e social. Nesta perspectiva, nosso objetivo é aqui elencar e apresentar elementos que colaboram para uma compreensão deste processo, que teve repercussão no estabelecimento das composições e ações confessionais, religiosas, econômicas e políticas das décadas seguintes, tanto em nível local como regional.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Religião. Estratégias.

ABSTRACT: The objective of this work is to illustrate how religious issue, particularly involving the Catholic and Evangelical Lutheran denominations, notably been inserted into political alliances and adopting certain strategies during at least half of the twentieth century, especially in the areas of colonization of Rio Grande do Sul. This relationship between adjacent politics and religion is not restricted to the local level, but is permeated and interacts with the larger political dynamic. To better exemplify the dynamics of this process, we chose as a laboratory for the study district of Novo Hamburgo, owned, until 1927, the city of São Leopoldo, in the Vale do Rio dos Sinos. Temporally, the period between 1924 and 1927, when the emancipation campaign, between 1927 and 1930, when the emancipation and installation of the first local governments, marks an intense relationship

between Catholic and Evangelical Lutheran leaders and the establishment of political strategies that demonstrate a heterogeneous environment. A union of forces seeking jointly ensure the political and economic independence of Novo Hamburgo, does not mean it did not occur behind the scenes disparities, games of power and influence, as well as attempts to secure a kind of political and social matters. In this perspective, our goal here is to list and display elements that contribute to an understanding of this process, which took effect in establishing the compositions and confessional, religious, economic and political of the following decades, both in local and regional actions.

KEYWORDS: Politics. Religion. Strategies.

Considerações iniciais: estabelecendo um panorama geral

O ano de 1924 foi marcado, politicamente, por mudanças nas conjunturas até então vigentes no Rio Grande do Sul. No ano anterior, eclodira a guerra civil entre os partidários de Borges de Medeiros, reeleito para o quinto mandato como presidente do estado, e os de Assis Brasil, candidato de oposição a Borges nas eleições de 1922. Na assinatura dos termos de pacificação, ficou acordado pelas partes envolvidas que ocorreria uma mudança na Constituição estadual, impedindo a reeleição do presidente do estado e dos intendentes municipais (como eram chamados os atuais prefeitos). Além disso, uma das consequências da guerra civil de 1923 foi uma mudança no panorama de atuação da oposição no estado. Nas eleições municipais de 1924, a oposição conseguiu eleger alguns conselheiros municipais (como eram chamados os atuais vereadores) e, em 1928, alguns intendentes, como em Santa Cruz do Sul. Em 1928 se oficializa a criação do Partido Libertador, embora já desde 1920 existissem núcleos articulados de oposição locais, geralmente formados pelos antigos federalistas¹ e por dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

Além destas mudanças em nível político eleitoral, 1924 também é marcado pelo centenário da chegada dos primeiros imigrantes de origem alemã ao Rio Grande do Sul. Afora o ponto de vista simbólico das comemorações que foram realizadas, importantes

¹Os federalistas eram integrantes do Partido Federalista, fundado em 1892, cujo nome de liderança mais expoente era Gaspar da Silveira Martins. Existiu até 1928, quando deu origem ao Partido Libertador, fundado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. O Partido Federalista fazia oposição ao Partido Republicano Rio-grandense. Em 1893, quando Júlio de Castilhos, presidente do Partido Republicano Rio-grandense, foi eleito para o governo estadual, teve início a guerra civil de 1893 (também chamada Revolução Federalista ou Guerra da Degola), colocando os dois partidos em luta armada. Em 1895, com a vitória dos republicanos, a oposição acabou sendo bastante enfraquecida nas eleições seguintes, até 1922, quando das eleições para o governo estadual, vencidas por Borges de Medeiros, o que ocasionou nova guerra civil, em 1923.

manifestações políticas se estabelecem a partir deste momento. Contudo antes de adentrarmos e aprofundarmos este aspecto, se faz necessária uma breve explicação do processo de constituição do hoje município de Novo Hamburgo, pertencente até 1927, na qualidade de distrito, ao município de São Leopoldo.

Chegados em 25 de julho de 1824, foram instalados às margens do rio dos Sinos, na antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo. Surgiu assim a Colônia Alemã de São Leopoldo. Nos anos posteriores, os imigrantes e descendentes foram avançando na ocupação do território, em direção ao norte e ao leste, na região chamada Encosta da Serra². Uma das localidades ocupadas ficou conhecida como Hamburger Berg, hoje um bairro de Novo Hamburgo, denominado Hamburgo Velho. Nos anos seguintes, por conta da instalação da via férrea³, surgiu outro núcleo, por volta de 1876, que foi chamada de Novo Hamburgo. Quando em 1875, Hamburger Berg foi elevada à categoria de freguesia, esta se tornou distrito de São Leopoldo (que fora elevado ao status de município em 1864). Na área que compreendia o distrito, além de Hamburger Berg, estavam incorporados o núcleo que se formou em torno da estação ferroviária e, até 1926, a localidade de Campo Bom. Mais tarde o nome Hamburger Berg foi substituído, adotando-se o nome de Novo Hamburgo, que tornou-se o 2º distrito leopoldense. Economicamente, esta região seria marcada pelo surgimento de um forte comércio e de uma produção artesanal, sobretudo no ramo de curtumes e do couro. No tocante ao aspecto religioso, há a presença de católicos e de evangélico-luteranos. Em 1927, Novo Hamburgo se emancipa, tornando-se município autônomo.

Até aqui, delineamos dois elementos que estão vinculados com nossa apreciação: as mudanças políticas (eleitorais e partidárias) ocorridas no Rio Grande do Sul e a formação de Novo Hamburgo quanto distrito de São Leopoldo. Compreender, mesmo que minimamente, a constituição de Novo Hamburgo e vislumbrar o panorama político em 1924, nos ajudam a entender melhor os acontecimentos decorrentes das comemorações do centenário e os seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Contudo, antes de abordarmos diretamente este evento e, conforme proposto, o processo de emancipação e de instalação do município de

²Esta região hoje compreende parte do município de Novo Hamburgo, além das cidades de Campo Bom, Estância Velha, Dois Irmãos e Ivoti.

³ O primeiro trecho da via férrea, que ligava Porto Alegre até São Leopoldo, foi fundado em 1874. Além da extensão que deu origem ao núcleo de Novo Hamburgo, em 1876, a linha férrea recebeu novas extensões: até Taquara (1903) e Canela (1922). Esta linha entre Porto Alegre e Canela foi desativada, assim como outras no estado, a partir de 1963.

São Leopoldo, faremos algumas considerações sobre a vinculação política de católicos e de evangélico-luteranos⁴. Procuraremos aqui demonstrar como se desenvolveu a proximidade de membros destas duas confissões com os republicanos e com a oposição, identificados, a partir da década de 1920, com os libertadores (e anteriormente com os federalistas). Esta relação entre política e religião é intrínseca e bastante intensa. Tendo em vista que alguns dos agentes históricos que aqui mencionaremos, além da filiação partidária, possuem forte engajamento e militância com suas instituições religiosas, a abordagem deste panorama se faz necessária. Sobre esta relação entre participação religiosa e política, Aline Coutrot (1996) explica que as questões envolvendo a religião podem ajudar a explicar determinados fenômenos políticos, justamente por ser um ponto importante dentro do tecido político. A religião, como instrumento de ideologia, de agregação ou distensão social, constitui um elemento que pode ser usado pelos detentores do poder político ou como base para adoção de estratégias pelos que estão alijados dessa participação.

Historicamente, havia uma identificação por parte de alguns imigrantes e descendentes, moradores das regiões coloniais, com a figura de Gaspar da Silveira Martins. Isto se deve, em grande parte, ao fato de Silveira Martins defender uma maior participação política dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo dos acatólicos. Quando ocorrera a instalação do regime republicano no Brasil, surgiram boatos que algumas lideranças republicanas, como o próprio Júlio de Castilhos, nutriam certas desconfianças para com essa parcela da população. Nesse sentido, tornou-se emblemático um caso envolvendo secretário de Obras Públicas, engenheiro João José Pereira Parobé. Este, que via com certa desconfiança o fato de alemães estarem tendo um aumento de seu poder político, chegou a afirmar que preferia ver o Rio Grande do Sul em atraso do que dever o desenvolvimento estadual aos imigrantes, especialmente os de origem alemã. Somado a este componente, também está o fato de que se estabeleceram relações muito próximas entre os imigrantes alemães e descendentes, de confissão religiosa católica, e os republicanos, apesar do positivismo destes.

⁴O termo evangélico-luterano foi cunhado por Isabel Arendt em sua Tese de Doutorado, para identificar os imigrantes e descendentes que estavam vinculados à Igreja Evangélica Alemã e, sobretudo, ao Sínodo Rio-Grandense. Assim, é possível diferenciá-los de outros protestantes, vinculados ao Sínodo de Missouri, por exemplo. Em 1949, o Sínodo Rio-grandense uniu com outros sínodos, formando a Federação Sinodal. Em 1968, a Federação Sinodal deu origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Do Sínodo de Missouri, temos, a partir do final da década de 1970, o surgimento da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Um exemplo disso é o fato de candidatos do chamado Partido Católico do Centro⁵, reestruturado no Rio Grande do Sul em 1890, unirem-se aos candidatos republicanos, visando eleger seus representantes nas eleições federais e estaduais. Essa política de alianças acabou trazendo frutos, pois alguns representantes católicos foram eleitos para a Assembleia dos Representantes a partir de 1893. Dentre eles, podemos destacar o empresário do setor hoteleiro e de matadouros Jacob Kroeff Filho, residente no distrito de Novo Hamburgo, além de Luís Englert, natural de São Leopoldo, que listam entre os fundadores do Partido Católico do Centro.

Esses fatores ajudam a explicar a aproximação de alguns imigrantes e descendentes, especialmente evangélico-luteranos, dos opositoristas. Todavia, convém aqui evitar o equívoco de enquadrar e generalizar os católicos apenas com os republicanos e os evangélico-luteranos apenas com a oposição. Existiam evangélico-luteranos inseridos no Partido Republicano Rio-grandense, assim como católicos entre os federalistas/libertadores. Mas queremos chamar a atenção para o fato de que, em Novo Hamburgo (com efeitos em nível regional), os principais líderes republicanos eram católicos militantes, assim como havia uma forte militância dos líderes opositoristas dentro das comunidades evangélico-luteranas do Sínodo Rio-grandense.

Conforme pudemos ver, Novo Hamburgo, desde os primeiros tempos da República, buscou ter representatividade dentro do quadro político sul-rio-grandense. Esta participação, iniciada por Jacob Kroeff Filho, continuou nas décadas seguintes, através de um integrante do grupo católico hamburguense, inserido no Partido Republicano Rio-grandense: Jacob Kroeff Neto. Além de ser um dos sucessores de Jacob Kroeff Filho nos negócios da família, também foi seu herdeiro político e na liderança do grupo católico. Mas além de Jakob Kroeff Neto, outras lideranças católicas atuaram fortemente no ambiente político de São Leopoldo, a partir

⁵Em 1890, a organização do Partido Católico do Centro (inspirado no Partido Católico Alemão) contou com a iniciativa de nomes como Jacob Kroeff Filho, Luís Englert, Frederico Linck e Hugo Metzler. Além das tentativas de âmbito eleitoral, o Partido contava com a imprensa, por meio do periódico de língua alemã *Deutsche Volksblatt*, produzido na Typographia do Centro, de propriedade de Hugo Metzler (lembramos que, da parte evangélico-luterana, havia o jornal *Deutsche Post*), e mesmo depois do fim do partido, estes periódicos continuaram circulando, sendo que o *Volksblatt* até 1939, quando de sua proibição pelo Governo Vargas. Embora não nos aprofundemos na questão da imprensa, esse breve relato nos ajuda a perceber mais um instrumento utilizado tanto por parte dos evangélico-luteranos como por parte dos católicos.

do distrito de Novo Hamburgo. Dentro do grupo católico, outros três nomes dividiam com Kroeff Neto a liderança: Pedro Adams Filho, Leopoldo Petry e José João Martins.

O empresário do ramo coureiro-calçadista Pedro Adams Filho foi conselheiro municipal de São Leopoldo, representando o distrito de Novo Hamburgo, entre 1917 e 1925. Leopoldo Petry, professor e jornalista, exerceu entre 1917 e 1923 o cargo de secretário da Intendência de São Leopoldo, assumindo entre 1923 e 1927 o cargo de coletor estadual em Novo Hamburgo. José João Martins, empresário do setor coureiro-calçadista e do ramo bancário, foi presidente da executiva local do Partido Republicano Rio-grandense em Novo Hamburgo. Além da atuação partidária, é forte o engajamento destes três cidadãos na Igreja Católica de Novo Hamburgo. Em 1921 é formada a comunidade católica São Luiz Gonzaga⁶, sendo a igreja matriz inaugurada em 1926. O primeiro presidente desta comunidade foi José João Martins. Pedro Adams Filho e Leopoldo Petry foram membros da comissão de construção da igreja matriz. O projeto da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga é de autoria de José Lutzenberger, arquiteto nascido na Alemanha. Lutzenberger era casado com Emma Kroeff. Emma, por sua vez, era irmã de Jacob Kroeff Neto, um dos líderes do grupo católico.

Dentre os líderes evangélico-luteranos que atuavam em oposição ao Partido Republicano Rio-grandense, um dos nomes de destaque é o empresário do setor de curtumes Guilherme Ludwig. Engajado nas atividades das comunidades evangélico-luteranas de Novo Hamburgo, Guilherme Ludwig tinha uma postura política alinhada com o ideário federalista. Posteriormente, com a formação dos chamados núcleos libertadores, partidários de Assis Brasil, Guilherme Ludwig seria o principal líder do núcleo hamburguense, a partir de 1924. Em 1928, com a criação do Partido Libertador, ele estaria entre os integrantes da executiva municipal. Mas já em 1920, Guilherme Ludwig está entre os líderes de um movimento de enfrentamento às práticas intervencionistas de Borges de Medeiros. Em São Leopoldo, por exemplo, desde 1916, Borges de Medeiros nomeava homens de sua confiança para o governo municipal, sendo que estes não pertenciam ao ambiente político e social leopoldense. Em 1916, Borges de Medeiros nomeia Gabriel de Azambuja Fortuna para o cargo de intendente.

⁶Esta comunidade hoje forma a Paróquia da Catedral Basílica São Luiz Gonzaga, pertencente à Diocese de Novo Hamburgo. Até 1921, a comunidade de Novo Hamburgo estava vinculada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg. A partir de 1921, novo Hamburgo passa a organizar uma comunidade católica autônoma, fato que se efetiva em 1925. A inauguração da primeira igreja ocorre em 1926. O templo atual foi finalizado em 1956, tornando-se sede episcopal da Diocese de Novo Hamburgo em 1980, quando esta diocese foi criada pelo Papa João Paulo II, desmembrando-a da Arquidiocese de Porto Alegre.

Em 1919, com a renúncia de Azambuja Fortuna, é nomeado Mansueto Bernardi, secretário pessoal de Borges de Medeiros. Esta medida de intervenção, bastante comum no estado, começou a ser combatida. E em São Leopoldo ocorre uma destas tentativas de se opor aos ditames borgistas.

A grande ação deste movimento em São Leopoldo é indicar um candidato dissidente para o cargo de intendente municipal, em oposição à candidatura de Mansueto Bernardi, que até então ocupa o cargo de intendente em caráter provisório. No caso, o nome indicado por este grupo discordante está mais alinhado com a oposição federalista. Porém, conta com o apoio de dissidentes do Partido Republicano Rio-grandense. E o líder desta dissidência está em Novo Hamburgo: José João Martins. O ano de 1920 marca uma primeira articulação entre republicanos, mesmo dissidentes, e federalistas/libertadores. Assim como um primeiro esforço comum entre católicos e evangélico-luteranos. Ainda não se trata do processo de emancipação de Novo Hamburgo. Mas este episódio das eleições municipais de 1920 em São Leopoldo colaborou para que a busca pela emancipação do 2º distrito se efetivasse nos anos seguintes. E a vitória de Mansueto Bernardi nas eleições municipais também corrobora para esta tentativa emancipacionista.

Não temos como aprofundar no momento esta questão das eleições de 1920, assim como as de 1924 em São Leopoldo. Mas neste retorno temporal, buscamos apresentar alguns dos agentes históricos que atuaram mais incisivamente no período da campanha emancipacionista (1924-1927) e nos primeiros governos de Novo Hamburgo (1927-1930). Além de elencar estes agentes, visamos também planificar o ambiente político onde estes atuavam, em um contexto dinâmico e complexo. A atuação destes homens se tornará mais aguda a partir de 1924. E a organização das comemorações do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul será o ponto desencadeador de um desdobramento político que culminará com a criação do município de Novo Hamburgo.

Monumentos, comemorações, conflitos e acordos

Não foram apenas festas que marcaram o centenário da imigração alemã, em 1924. Pelo contrário. Os conflitos foram uma constante. O ambiente de disputas políticas e disparidades de objetivos proporcionou alguns momentos de embates. No que diz respeito ao

processo de organização das comemorações, os conflitos políticos fizeram com que duas comissões, que pretendiam exercer a liderança dos andamentos dos festejos, fossem criadas. Uma em São Leopoldo e a outra em Novo Hamburgo. E o principal ponto de discórdia destas duas comissões estava relacionado com um monumento.

Atividades estavam sendo planejadas para comemorar os cem anos da chegada da primeira leva de imigrantes alemães. Além disso, havia o planejamento da construção de um monumento, que marcasse não apenas este episódio, mas que fosse uma materialização das festividades alusivas de 1924. Porém, lideranças de São Leopoldo e lideranças de Novo Hamburgo disputavam, além do local onde este monumento deveria ser construído, o controle da arrecadação de fundos para esta obra. Em Novo Hamburgo, integravam esta comissão Jacob Kroeff Neto, Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho, José João Martins, André Kilpp Carlos Dienstbach e Júlio Kunz. Este mesmo grupo formaria, ainda em 1924, a comissão de emancipação ou comissão pró-vilamento, como foi denominada na época. Deste grupo, Júlio Kunz era o único evangélico-luterano, mas filiado ao Partido Republicano Rio-grandense (entre 1920 e 1924, fora conselheiro municipal e também exercera a função de subintendente do distrito de Novo Hamburgo).

Os conflitos entre os dois grupos se intensificaram, sendo necessário que o próprio Borges de Medeiros enviasse representantes para negociar um acordo. As tentativas somente tiveram êxito quando foi acertado que dois monumentos seriam construídos. Com isso, as duas comissões foram fundidas em uma só. Sobre os monumentos, um foi construído em São Leopoldo e o outro em Novo Hamburgo. O monumento de São Leopoldo seria alusivo ao desembarque dos primeiros imigrantes, sendo construído às margens do rio dos Sinos, na Praça Centenário (também conhecida como Praça do Imigrante). O segundo monumento, lembrando o processo de colonização e distribuição dos lotes de terras, foi construído em Hamburgo Velho, nas terras que teriam sido doadas ao imigrante Johann Liborius Mentz. Este teria sido o primeiro lote de terras entregues na região que formaria o município de Novo Hamburgo.

Em setembro de 1924, ocorreu a *Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Novo Hamburgo, principal distrito industrial de São Leopoldo nesse período, foi o local escolhido para sediar este evento, que integrava as comemorações do centenário. A comissão organizadora da exposição era formada pelos

mesmos sete homens que formaram a comissão de organização dos festejos em Novo Hamburgo e integrariam a comissão de emancipação. A exposição ocorreu entre 20 de setembro e 05 de outubro daquele ano. Na cerimônia de abertura estavam presentes autoridades municipais e estaduais, incluindo o presidente do estado Borges de Medeiros. O enfoque principal foi destinado aos produtos das indústrias de Novo Hamburgo, reforçando a ideia de superioridade econômica e de desenvolvimento, ultrapassando inclusive a sede municipal. Com isso, a propaganda emancipacionista ganha novo impulso, articulando um movimento mais incisivo em nome deste objetivo.

Além das questões relacionadas com as comemorações do centenário, 1924 marca, politicamente, novas eleições para a intendência de São Leopoldo. Nas eleições ocorridas, é eleito o coronel João Corrêa Ferreira da Silva. João Corrêa é conhecido, sobretudo, pelas obras relacionadas com a viação férrea, como o ramal ferroviário entre Taquara e Canela (localidade da qual foi responsável pelo processo de colonização e loteamento) e pela construção de estradas, como a que ligava a região do Vale do Rio Caí até Caxias do Sul (GERTZ, 2002, p. 188). Durante seu mandato, iniciou algumas obras importantes para São Leopoldo, como a usina hidrelétrica da Toca (localizada no rio Santa Cruz, em São Francisco de Paula) e a hidráulica municipal. Na vida pessoal, João Corrêa se envolveria na polêmica questão dos “dois casamentos”: se casara em 1881, em São Leopoldo, com a católica Luiza Burmeister, natural de Montenegro, mas que residiria posteriormente nas terras que Corrêa possuía em Canela. Porém, também viveu maritalmente com a evangélica-luterana Bertha Hoffmann, de São Leopoldo, que era apresentada como a *primeira-dama* durante a gestão municipal de João Corrêa, entre 1924 e 1928, ano em que este faleceu. Corrêa possuía uma relação bastante próxima com os evangélico-luteranos. E assim como ocorrera com outros intendentess de São Leopoldo, também enfrentou problemas com o grupo de Novo Hamburgo, liderado pelo católico Jacob Kroeff Neto.

No mês de maio de 1924, Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e Jacob Kroeff Neto levaram até Borges de Medeiros a reivindicação da emancipação de Novo Hamburgo. Borges de Medeiros, mesmo considerando que este objetivo fosse justo, decidiu não tomar maiores providências. Inclusive pelo fato de constar na Constituição Estadual de 1891 que emancipações são viáveis apenas com a aprovação dos conselhos municipais. E naquele momento o parecer do Conselho Municipal de São Leopoldo não era favorável. O intendente

João Corrêa não teria se colocado em oposição à emancipação do distrito de Novo Hamburgo (que neste momento também abarcava a localidade de Campo Bom, que já se mostrava também um pólo industrial em acentuado desenvolvimento). Mas achava que o momento não era o mais propício, por conta da série de obras e investimentos que estavam em andamento, como a Usina da Toca e a hidráulica municipal, que necessitavam de um capital financeiro bastante volumoso para sua concretização. E a perda do distrito de Novo Hamburgo representava um golpe bastante forte ao erário municipal.

Entre 1924 e 1926, uma série de calorosos debates teria como palco o Conselho Municipal de São Leopoldo. A maioria dos conselheiros municipais se colocou em contrariedade ao processo emancipacionista, pois viam o mesmo como extremamente danoso aos interesses leopoldenses, utilizando dos mesmos argumentos defendidos pelo intendente João Corrêa. Com base nisso, em 1926, também ocorre uma jogada política por parte de João Corrêa, visando enfraquecer o movimento emancipacionista. Ou pelo menos enfraquecer o poder econômico do distrito de Novo Hamburgo e evitar que São Leopoldo seja ainda mais prejudicado com uma possível emancipação. O lance político de João Corrêa envolve diretamente Campo Bom, então pertencente ao 2º Distrito.

A localidade de Campo Bom, vizinha de Hamburgo Velho, localizada ao nordeste de São Leopoldo, vinha se caracterizando, desde o final do século XIX, por um processo de industrialização. Além do setor oleiro, bastante forte desde a metade do século XIX, o ramo coureiro-calçadista também apresentava um crescimento bastante significativo. Em 1904, os irmãos Emílio e Gustavo Vetter fundam uma indústria calçadista, próximo da estação ferroviária de Campo Bom. Em 1890, seu pai, Jacob Vetter, fundara uma pequena oficina de beneficiamento de couro e fabricação de sandálias na localidade do Morro das Pulgas (atual bairro Rio Branco, em Campo Bom). Em 1918, próximo da antiga fábrica, é construída um novo prédio⁷, muito maior, em frente à estação ferroviária. Além do aumento da produção, a indústria dos irmãos Vetter começa a investir na venda dos calçados produzidos. Outras indústrias surgiram nesse período, impulsionando a economia da localidade. Em 1924,

⁷ A empresa Calçados Vetter S/A Indústria e Comércio entrou em falência no início dos anos 1990, encerrando suas atividades. O antigo prédio da fábrica foi abandonado, havendo inclusive risco de desabamento. Em 2003, o prédio foi em demolido, restando apenas a fachada da entrada principal. No local, foi construído um largo, inaugurado em junho de 2004, recebendo a denominação de Largo Irmãos Vetter, onde foram construídos um anfiteatro e um mirante. É localizado no centro de Campo Bom, sendo um de seus principais locais de passeio, sociabilidade e realização de eventos.

Gustavo Vetter, luterano praticante e membro do Partido Republicano Rio-grandense, é eleito conselheiro municipal, representando Campo Bom.

Sabendo que a emancipação de Novo Hamburgo levaria consigo também Campo Bom, que despontava como forte núcleo industrial e de crescimento econômico, João Corrêa, através do Ato Municipal número 126, de 08 de agosto de 1926, desmembra Campo Bom do 2º Distrito, Novo Hamburgo, e cria o 10º Distrito de São Leopoldo. Desse modo, além de não perder um distrito industrial fértil, também São Leopoldo tenta neutralizar as forças de Novo Hamburgo.

Mas o ano de 1926 também representa uma aproximação bastante forte entre católicos e evangélico-luteranos, republicanos e libertadores. Boa parte dos opositoristas libertadores eram evangélico-luteranos. Além disso, membros desse grupo contribuíam para força industrial e econômica do distrito, pois estavam vinculados a setores como indústria coureiro-calçadista e comércio. Exemplo disso são Guilherme Ludwig, já citado anteriormente, Albino Schröer e Balduíno Michels, comerciante e industrialista, respectivamente. Por conta da força econômica desse grupo e da necessidade de ampliar as investidas em prol da emancipação, se articulou uma união destes dois grupos.

Até este momento, a liderança do movimento emancipacionista está nas mãos dos republicanos, tendo a sua frente o grupo católico de Jacob Kroeff Neto, embora o presidente da comissão seja José João Martins. Em junho de 1926, é estabelecido um acordo entre republicanos e libertadores, tendo como articuladores Jacob Kroeff Neto e Guilherme Ludwig. Um fator que pode ter facilitado esse acordo está relacionado com vínculos de parentesco: em 1924, após o falecimento de sua primeira esposa, Ottylia Wiltgen Kroeff, em 1922, Jacob Kroeff Neto se casa em segundas núpcias com Elsa Ludwig, irmã de Guilherme Ludwig. Aliás, a formação de redes familiares e sociais foi uma prática bastante usual entre imigrantes e descendentes desde o século XIX, já nos primeiros tempos da chegada destes ao Brasil.

O acordo entre Guilherme Ludwig, líder dos libertadores em Novo Hamburgo e evangélico-luterano engajado, e Jacob Kroeff Neto, líder republicano e católico militante, não visava apenas uma soma de forças em nome da emancipação. Também visava garantir uma governabilidade caso a criação do município se efetivasse. Os republicanos sabiam que, economicamente, o grupo libertador era formado por pessoas bastante influentes.

Politicamente, este grupo ganhara força também, podendo dificultar uma futura administração formada apenas por republicanos. E religiosamente, um acirramento dos conflitos poderia desencadear atritos maiores, semelhantes aos existentes em São Leopoldo. Desta forma, a comissão emancipacionista, que como informamos anteriormente, possuía apenas um evangélico-luterano, mas filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, se viu obrigada a mudar de tática e se aproximar das lideranças libertadoras e evangélico-luteranas, caso quisesse garantir êxito em seus planos. Isso foi possível também por conta de uma mudança no panorama político no Rio Grande do Sul, decorrente da guerra civil de 1923. A oposição, antes chamada de Federalista, mas que passou a adotar a denominação Libertadora, ganhou mais espaço no cenário político. Deste modo, acordos que até então eram impossíveis (ou no mínimo atacados fortemente por Borges de Medeiros), passaram a se firmar.

Da articulação entre republicanos e libertadores, se decidiu que os republicanos indicariam o nome do intendente, enquanto os libertadores fariam a indicação do vice-intendente. Também foi acordado que cada grupo indicaria quatro nomes para o Conselho Municipal. Se acreditava que o número de conselheiros em Novo Hamburgo seria o mesmo de São Leopoldo, com 9 representantes. Neste caso, a indicação do nono conselheiro seria realizada a partir de outro acordo entre os dois grupos. Isso era junho de 1926.

Ao longo deste período, os debates e conflitos se misturaram com tentativas de conciliação. São Leopoldo tentara caminhos que evitassem a emancipação. As lideranças de Novo Hamburgo não estavam dispostas a retroceder em seu objetivo. Mas a solução definitiva viria em 1927. Após três anos de um clima político efervescente, em 5 de abril de 1927, um telegrama é enviado a José João Martins, presidente da comissão emancipacionistas. Era assinado por Borges de Medeiros, presidente do estado, e Protásio Antônio Alves, vice-presidente. Através deste telegrama, Borges de Medeiros informava que, por meio do Decreto Estadual número 3.818, do mesmo dia 5 de abril, era criado o município de Novo Hamburgo, desmembrando-o geográfica e administrativamente de São Leopoldo. Também nomeava, como intendente provisório, Jacob Kroeff Neto, que deveria organizar, no prazo máximo de sessenta dias, eleições para intendente, vice-intendente e conselheiros municipais.

Deste modo, no que tange o processo de emancipação, o capítulo chega a um término. Jacob Kroeff Neto, que ainda exercia o cargo de deputado na Assembleia dos Representantes,

assume como intendente municipal provisório e determina para 29 de maio de 1927 as primeiras eleições municipais. Conforme nos indica René Gertz,

[...] o intendente provisório, Jacob Kroeff Neto, dividiu o novo município em dois distritos, nomeando para o primeiro (Novo Hamburgo) o católico Marcolino Santos Pacheco e para o segundo (Hamburgo Velho) o luterano Júlio Kunz. Foi fixado para o dia 21 de abril como dia dos festejos oficiais pela emancipação. A comissão Pró-emancipação gastou 11 contos com churrasco, música e foguetes. A festa serviu para o lançamento das candidaturas para as primeiras eleições. Em sintonia com o estabelecido no acordo entre situação e a oposição, em junho de 1926, foram proclamados candidato a intendente Leopoldo Petry (republicano, católico); a vice, Guilherme Ludwig (libertador, luterano); para conselheiros, pelos republicanos: J. Eduíno Brodbeck, H. Alberto Steigleder (luterano), Bertoldo Rech (luterano), Alberto Adams (católico, filho de Pedro Adams Filho, sobrinho de Jacob Kroeff Neto); pelos libertadores: Guilherme Vielitz (católico), Albino Schröer (luterano), Balduíno Michels (GERTZ, 2002, p. 230).

Sobre um dos nomes escolhidos para candidato a conselheiro municipal, cabe aqui um esclarecimento. Alberto Adams na verdade era o irmão mais novo de Pedro Adams Filho, não seu filho. Houve um engano, por algum motivo, no estabelecimento da relação familiar entre os dois. Os nomes indicados foram os nomes efetivamente eleitos nas eleições de 29 de maio. Entre 1927 e 1930, este grupo governou o recém criado e instalado município de Novo Hamburgo. Leopoldo Petry e Guilherme Ludwig ocupam a intendência e vice-intendência municipal até dezembro de 1930, quando, por conta do golpe de estado que conduziu Getúlio Vargas ao poder, são destituídos do cargo pelo interventor federal José Antônio Flores da Cunha. Para intendente municipal (posteriormente prefeito), foi nomeado o coronel José Gomes Ferreira, homem de destaque dentro da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Este período de três anos não foi marcado por uma constância de tranquilidade entre os dois grupos que estavam no exercício do poder. Um episódio que ilustra este aspecto envolve o fornecimento de energia elétrica para Novo Hamburgo. Em 1927, pouco após a posse do primeiro governo municipal, se busca uma alternativa para o fornecimento de energia elétrica pra São Leopoldo. Para as lideranças republicanas locais, continuar recebendo energia elétrica de São Leopoldo não é uma alternativa viável. No final deste ano, Pedro

Adams Filho funda a Energia Elétrica Hamburgueza Ltda.⁸, empresa encarregada do abastecimento para o município. José João Martins assume como diretor desta empresa. Além do envolvimento político e religioso, havia entre José João Martins e Pedro Adams Filho relações parentais: o filho de Pedro, Júlio Adams, era casado com a filha de Martins, Irma. O próprio intendente municipal, Leopoldo Petry, era compadre de Pedro Adams Filho. Deste modo, temos mais uma vez a presença de redes familiares na questão.

Mas a criação desta empresa não significa que sua aceitação tenha sido homogênea. Conforme René Gertz (2002), alguns empresários vinculados com a oposição teriam tentado um acordo com São Leopoldo, através de João Corrêa, para que suas empresas fossem abastecidas pela energia elétrica leopoldense, cujo valor seria mais baixo do que o cobrado pela empresa de Novo Hamburgo. E entre os membros deste grupo estaria o próprio vice-intendente de Novo Hamburgo, Guilherme Ludwig. Além desse episódio, existem também registros de críticas a determinadas posturas e ações de Leopoldo Petry, inclusive publicadas em jornais, como no caso do *Correio do Povo*. Uma destas críticas, publicadas neste jornal, tem entre os assinantes Ernesto Olypho Moeller, empresário, provavelmente evangélico-luterano, que relacionava algumas atitudes de Leopoldo Petry com sua confissão religiosa católica, inclusive com uma tonalidade irônica sobre isso. Como se vê, mesmo que parcialmente, o clima não era estável. E as questões religiosas ainda estavam presentes.

Considerações finais

Nosso objetivo ao longo deste artigo é mostrar como o fator religioso sempre esteve presente nas relações políticas e sociais de Novo Hamburgo. Alguns escritores e até mesmo historiadores, ao abordarem a história deste município e da própria região, desconsideraram esse fator como significativo. Ou o deslocam dos demais, estabelecendo uma relação quase que marginalizada. E este campo constitui um rico espaço para análises e reflexões.

Mesmo apontando para aspectos que necessitam de maiores investigações, dentro do que aqui destacamos, é possível perceber que esta relação é bastante forte e significativa, estando vinculada com escolhas, acordos e estratégias que são tomadas pelos diferentes

⁸Conforme grafia da época.

agentes históricos envolvidos. Os fatos aqui elencados e apresentados estão em uma fase de pesquisa e aprofundamento⁹. Todavia, acreditamos que para compreender melhor a história da região do Vale do Rio dos Sinos e até mesmo de outros locais, não podemos dissociar religião e política. E por conta da forte presença católica e evangélico-luterana, além de outros componentes sociais e políticos, esse aspecto se torna ainda mais importante. E para a história destes dois grupos políticos e religiosos e da cidade de Novo Hamburgo, uma pesquisa de maior fôlego relacionando estes elementos e as estratégias que daí surgiram se faz necessária. Sobretudo no período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. E o que aqui apresentamos é um esboço do caminho que trilhamos e do foco que queremos empreender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã In: AXT, Gunter et al. (Org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____. **O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História: 50).

_____. Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa: Difel, 1991. (Memória e sociedade).

LUZ, João Hecker. **Jacob Kroeff – Jakob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente – 1855 a 1966**. Porto Alegre, 2010. Dissertação [Mestrado]. Pontifícia

⁹Este artigo traz aspectos que estão sendo trabalhados em minha pesquisa de mestrado. Provisoriamente, meu projeto de dissertação de mestrado recebeu o seguinte título: “Em nome de Deus e de outros interesses: formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)”.

Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

SCHEMES, Claudia. **Pedro Adams Filho: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)**. Porto Alegre, 2006. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

WEBER, Roswithia. **As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.